Discursos Selecionados do Presidente Itamar Franco

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Discursos Selecionados do Presidente Itamar Franco

Brasília, 2008

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847/6028
Fax: (61) 3411 9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@mre.gov.br

Equipe Técnica
Eliane Miranda de Paiva
Maria Marta Cezar Lopes
Cintia Rejane Sousa Araújo Gonçalves

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2008

Brasil. Presidente (1992-1994 : Itamar)
Seleção de discursos / Presidente Itamar Franco. - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

74 p.

ISBN 978-85-7631-132-4

1. Política externa - Brasil. 2. Política - Brasil I. Franco, Itamar. II. Título.

CDU 32(81)
CDU 327(81)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

SUMÁRIO

Apresentação 7

Primeiro pronunciamento do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, à Nação, em cadeia facultativa de rádio e TV, no Palácio do Planalto. Brasília, DF, 30 de dezembro de 1992 9

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na sessão solene de abertura da V Assembléia Ordinária do Parlamento Amazônico 19

Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Primeira Sessão de Trabalho, em Assuntos Políticos, durante a VIII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio 25

III Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na cerimônia de abertura da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo 29

IX Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na inauguração do Parlamento Latino-Americano 33

XIV Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da visita do Senhor Presidente da República Cooperativista da Guiana, Senhor Cheddi Jagan 37

XVI Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da cerimônia de inauguração da V Reunião de Chefes de Estado do Conselho do Mercado Comum, na Cidade de Colônia — Uruguai 41

XVII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da cerimónia de instalação da Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana, na cidade de Letícia, Colômbia 45

XVIII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do jantar oferecido pelo Embaixador José Aparecido e a Senhora Sarah Kubitschek aos Chanceleres de língua portuguesa, no Memorial JK 49

XIX Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República da Venezuela, Dr. Rafael Caldera 53

XXIII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da sessão de abertura do Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA 57

XXV Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da cerimônia de abertura da IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Cartagena das índias, Colômbia 61

XXVI Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da VI Reunião do Conselho do Mercosul. Buenos Aires, Argentina 65

XXVII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Sessão de Abertura da Reunião de Cúpula do Grupo do Rio 69

Apresentação

O presente volume reúne seleção de discursos do Presidente Itamar Franco durante o período que exerceu a Presidência da República do Brasil. Os textos escolhidos referem-se a temas mais relevantes de política externa associados à gestão Itamar Franco – Iniciativa Amazônica, Comunidade dos países da Língua Portuguesa (CPLP), Ensino do Espanhol no Brasil, Parlamento Latino-americano e Área de Livre Comércio Sul-americana (ALCSA). A coletânea também inclui o primeiro discurso que proferiu na condição de Primeiro Mandatário efetivo em 30 de dezembro de 1992.

Primeiro pronunciamento do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, à Nação, em cadeia facultativa de rádio e TV, no Palácio do Planalto. Brasília, DF, 30 de dezembro de 1992

"O que a Nação mais aspira é o que certamente temos para oferecer: democracia mais forte porque solidária e humana, aliada à honradez na administração do Estado."
(Presidente Itamar Franco)

Pode orgulhar-se a Nação capaz de dominar as suas mais graves crises políticas na ordem da Lei. Sábio é o povo que, na conquista e preservação de sua própria liberdade, expressa veemência no clamor das ruas e na serenidade de seus atos.

Soubemos caminhar estes meses difíceis, sem arranhar as nossas leis e sem violar aqueles princípios permanentes do Direito que, embora não escritos, constituem o fundamento das sociedades políticas.

Os dirigentes e o nosso povo agiram com a mansidão dos justos, com a paciência dos justos. Com a paciência dos justos, recuperaram os postulados éticos que cimentam e suportam a estrutura dos Estados. A Nação, na firmeza que conduziu estas horas, declarou haver chegado àquele ponto da sua maturidade histórica que não admite mais retrocessos.

Não há força que nos impeça cumprir o grande destino que foi o sonho e o sangue de nossos heróis e mártires. O Brasil está pronto para ocupar o futuro. O que lhe cabe, agora, é crescer na prosperidade comum. É vencer as desigualdades internas. É conviver com os outros povos, dentro das novas e desafiadoras realidades, respeitando-os, como é de nossa índole, e fazendo-se respeitar, como é de sua dignidade. É preservar a esperança.

Senhoras e Senhores,
Moços e Moças,

O Congresso Nacional investiu-me, com a autoridade que lhe conferiu o povo brasileiro, na chefia do Estado e do Governo. Não há poder político legítimo que se eleve sobre os Parlamentos. Eles nasceram para dar às sociedades as leis e as normas, reunir as experiências ao calor da inteligência e da razão, a fim de garantir a continuidade da vida nacional, na paz e na justiça.

A essa prevalência me submeto, com a certeza de que muitos de nossos males decorrem dos abusos do Poder Executivo, comuns nos períodos de aparente normalidade republicana e exacerbados nos regimes autoritários.

Inclino-me, também, e com o mais profundo respeito, diante do Poder Judiciário. A ele, na interpretação das leis e, sobretudo, na responsabilidade de zelar pelo cumprimento da Constituição pelos outros dois Poderes, compete garantir, com a força da ética jurídica, a perenidade do estado de direito.

A Constituição da República, nos artigos que proclamam os nossos objetivos e os nossos princípios, encerra e resume a razão de ser do Estado Nacional. Essa razão é a de construir uma sociedade livre, justa e soberana; de garantir o desenvolvimento, de acabar com a pobreza, de eliminar as desigualdades entre os homens e entre as regiões do País, de promover o bem-estar de todos, sem preconceitos nem discriminações de qualquer natureza.

Nos dois anos em que estarei incumbido de chefiar o Poder Executivo, trabalharei dentro destes postulados constitucionais.

Disse, ao empossar os primeiros auxiliares do Governo, que, em meu entendimento, os Estados só existem para promover a justiça e a paz. Disse, ainda, que, em sociedades injustas, como a nossa, a única coisa que se distribui com equidade é o medo.

Não queiramos ocultar, com as ilusões enganosas, o medo que nos domina. Ninguém se sente em segurança, e os mais fracos, acuados também pelo desespero da miséria, sentem-se tentados a colocar-se sob a proteção de delinqüentes que

organizam simulacros de Estados, disseminando a violência sob o perverso pretexto de que substituem a justiça. É dever do Estado agir com todo o rigor para manter o monopólio da força, assegurar o cumprimento da Lei e eliminar esses focos de banditismo. Mas é também preciso reconhecer que eles não surgem do acaso, nem se alimentam apenas da criminalidade organizada. A criminalidade encontra os meios de sua realização porque o Estado se ausentou das regiões de pobreza.

Senhoras e Senhores,
Moços e Moças,

Não resolveremos a questão social no Brasil enquanto não formos capazes, todos nós, de olhar nos olhos de todos os brasileiros, crianças e velhos, das cidades e dos campos, e vê-los como vemos os nossos próprios filhos, os nossos próprios pais, os nossos próprios irmãos.

Não podemos ver os mais pobres com a comiseração que se endereça aos miseráveis, mas com o sentimento de que estamos diante de pessoas humanas iguais a nós, companheiras de nosso destino dentro destas mesmas paisagens, sob este mesmo céu, e nesta mesma história. A nossa sobrevivência como Nação depende da união de todos e do trabalho comum.

Falou-se muito em modernidade nestes meses, como se alguém, em sã consciência, pretendesse retornar ao passado, ou manter o País no atraso.

Nos quase três anos em que se proclamou a falsa modernidade como programa de Governo, o resultado representou alguns passos atrás na economia do País.

As previsões estatísticas anunciam que o Produto Interno Bruto do Brasil será, amanhã, dia 31 de dezembro de 1992, três vírgula sete por cento menor do que o PlB que registrávamos em 31 de dezembro de 1989. Como nestes três anos a população aumentou, a redução *per capita* registrada é de quase dez por cento.

Em suma: o lema da modernidade, tão proclamada, empobreceu o País dez por cento em apenas trinta meses.

Todos nós queremos modernizar o País e o modernizaremos, sem empobrecer a classe média e sem agravar o sacrifício dos trabalhadores.

A política de modernidade e de combate à inflação não pode ser fundada na manutenção de juros altos. A taxa real de juros, paga para refinanciar a dívida pública mobiliária federal, ou seja, para rolar os títulos em poder da rede bancária, era, até recentemente, de dois vírgula dois por cento ao mês, ou de quase trinta por cento ao ano.

Como é possível investir em atividades produtivas, quando o próprio Governo paga tão alto pelo dinheiro? E de onde poderá tirar o Governo recursos para remunerar com tais taxas os seus credores?

Trata-se, senhores, de uma ilusão, de um pesadelo, do qual devemos despertar, mas dele não despertaremos com choques. A experiência passada demonstra que as chamadas medidas de impacto podem mascarar a situação por algumas semanas ou meses, mas não tocam na estrutura da crise.

Nos meses de interinidade, vencendo resistências de toda ordem, conseguimos reduzir a taxa real de juros dessa parcela da dívida pública a um vírgula cinqüenta e cinco por cento ao mês, ou seja, a cerca de vinte por cento ao ano. Essa redução é ainda insatisfatória. Iremos, mediante criteriosa política que combine todos os instrumentos de ação governamental, entre eles o ajuste fiscal, trazer as taxas ao campo do bom senso.

Entre as providências de ajuste, inclui-se rigorosa seleção dos gastos públicos. O Governo investirá obedecendo a critérios sociais e na infra-estrutura. Ao mesmo tempo, está certo de que a recuperação da confiança da sociedade no Governo possibilitará as condições indispensáveis à retomada do desenvolvimento.

Vejo, com estimuladora esperança, que contamos com empresários lúcidos. São os que consideram a empresa como instrumento do progresso social e não como mera fonte de lucro.

Há ainda, entre nós, praticantes de um capitalismo selvagem, anacrônico, depredador. São os apressados em reunir e dissipar fortunas. Observadores isentos têm afirmado que nenhum país do mundo privilegia tanto o capital como o nosso.

Garantiremos a estabilidade das regras econômicas e asseguramos que não serão tomadas decisões arbitrárias.

Estamos certos de que os agentes econômicos e financeiros entenderão agora que a paz e a tranqüilidade social são também de seu interesse permanente.

Cumpriremos os compromissos firmados com os nossos credores internacionais, de maneira a que o País normalize as suas relações financeiras com o mundo.

Reestruturaremos o Banco Central para que possa desempenhar adequadamente a sua tarefa na estabilização da moeda. As instituições financeiras do Governo Federal, entre elas o BNDES, retornarão aos seus objetivos, que são os de promover o desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo.

Prosseguiremos, sem açodamento, mas sem pausas, o processo de privatização de empresas estatais, cujo controle não seja exigido pelas razões estratégicas. O que muda no processo é a sua orientação ética. Juristas e técnicos examinam o assunto, em busca de diretrizes que ampliem o processo de privatizações, mas evitem prejuízos à Nação.

Tampouco caímos na ilusão de que poderemos construir um País moderno levantando barreiras econômicas e pretendendo um desenvolvimento autárquico. Os povos só progrediram participando do mercado mundial que houve em cada tempo. O Brasil nasceu voltado para o comércio externo, e foi o comércio externo que o ajudou no extraordinário desempenho nos cem anos anteriores a 1980, quando foi o País que mais cresceu economicamente no mundo, em termos relativos, à custa, infelizmente, de graves distorções na renda e na riqueza.

Abrir as fronteiras à competição internacional não significa renunciar à soberania. O princípio que orientará as relações com os outros povos deve ser o da estrita reciprocidade.

O mundo, depois da guerra fria, se organiza em grandes blocos regionais, que prenunciam uma sociedade política universal. Estamos participando do MERCOSUL, e sentimos salutar desafio diante da integração continental. Ao mesmo tempo em que avançamos na integração do Cone Sul, mantemos os nossos compromissos com o Pacto Amazônico. É o que nos determina a Constituição Federal em um dos seus dispositivos: «A República Federativa do Brasil buscará a integração

econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações».

A nossa participação na sociedade mundial prometida pelo novo milênio pressupõe a nossa própria integração. A associação com os países meridionais não será apenas a integração do Sul do País com o Sul do Continente, mas, sim, a integração do Brasil como um todo com seus vizinhos austrais.

Por isso mesmo não podemos ignorar as conseqüências sociais e políticas das nossas desigualdades econômicas regionais.

Só há uma forma de a elas se contrapor e afastar a ameaça de dissídios divisionistas, alimentados, também, pelo corporativismo exagerado: ajustar, com urgência, novo pacto federativo. Situo-me entre os que esperam, da revisão constitucional de 1993, a atribuição de maiores poderes e de novas responsabilidades administrativas aos Municípios e Estados. Só assim libertaremos o Governo Federal para o cumprimento de seus deveres mais altos. Temos que descentralizar a administração pública, e isso requer grande coragem do Parlamento.

Senhoras e Senhores,

Não estamos sós no mundo, em nossas dificuldades e em nossas esperanças. Há uma crise do Estado, em todas as latitudes, com a perda dos valores tradicionais de referência, como os da família, das organizações religiosas, das ideologias. Além dessas perplexidades, o progresso industrial nos trouxe outras, como as de possíveis catástrofes ecológicas.

Diante desse quadro, e sem se afastar dos princípios cardeais de uma política externa que vem sendo a do País desde Rio Branco, o Brasil se esforça, nos organismos e nas conferências internacionais de que faz parte, para que a humanidade prossiga no caminho do desarmamento, participando do controle internacional das atividades nucleares e das tecnologias que possam ameaçar a paz mundial.

A revolução científico-tecnológica permitiu enorme alteração nas relações econômicas, globalizou o processo produtivo e abriu novas perspectivas. Nesse quadro, meio ambiente e tecnologias adequadas se tornaram partes inseparáveis

do processo de desenvolvimento sustentado, que permitirá maior bem-estar para o povo *e* racional utilização dos recursos naturais.

Tenho procurado, como a Nação pode testemunhar, resolver os problemas aparentemente simples, mas imensos na vida cotidiana dos brasileiros. Estamos tomando medidas para que os remédios e alimentos se tornem mais baratos. E esperamos fazê-lo com relação aos bens de consumo geral. Reduzimos as tarifas de energia elétrica para os pequenos consumidores e estudamos medidas análogas, no quadro de políticas sociais compensatórias. A saúde é um dos primeiros compromissos do Governo.

Sentimos, de forma particular, a situação dos idosos, que depois de decênios de árduo trabalho não encontram na longevidade sua recompensa, mas quase uma punição.

Apesar de todo o progresso industrial, é ainda nas atividades agropecuárias que repousam a segurança e a prosperidade das nações. Os alimentos constituem a mais importante reserva estratégica dos povos. A organização das atividades rurais, com a concessão de créditos e a assistência técnica, que permita uma rápida assimilação de novos processos de cultivo, será preocupação constante do nosso Governo. No particular assume posição de destaque a questão fundiária, a ser resolvida por reforma agrária adequada à realidade brasileira.

Combateremos, sem trégua, os sonegadores. Estamos convencidos de que o ajuste fiscal será capaz de fazer com que todos paguem: os cidadãos recolhendo os seus impostos e taxas de contribuição, e o Governo e a Previdência cumprindo todas as suas obrigações para com os credores e beneficiários.

Este será um Governo honrado e conta com a vigilância do povo na defesa da moralidade e contra a corrupção.

Senhoras e Senhores,
Moços e Moças,

O tempo nos pede vencer muitas coisas, e rapidamente.

Disse Ulysses Guimarães, ao abrir os trabalhos da Assembléia Constituinte, que a cidadania começa no alfabeto. No alfabeto começa também o homem econômico. Há mais de trinta milhões de brasileiros, que constituem a metade da nossa

população economicamente ativa, incapacitados para dominar as mais elementares técnicas de produção. Trazê-los para o mundo do trabalho pelo processo educativo é tarefa de longo prazo, mas deve começar a ser executada agora.

Dirijo-me, com particular atenção, às mulheres. Vejo, com orgulho, a sua crescente participação na vida brasileira.

Tenho uma palavra para as nossas Forças Armadas que, com o seu renovado compromisso democrático e patriotismo, têm contribuído para a superação de nossas dificuldades. Sei dos imensos desafios que devem vencer, dada a precariedade de seus equipamentos, na guarda de nossas fronteiras terrestres, dos nossos céus e de nossas costas marítimas.

Convocarei, em breve, o Alto Comando das Forças Armadas, colegiado nunca antes reunido, para a definição da nossa política militar e de diretrizes para a solução de seus problemas.

Conto com a intelectualidade brasileira, que nos tem sabido apontar caminhos, nem sempre trilhados pelas elites políticas. A sua capacidade de análise e de crítica nos é indispensável neste momento de reerguimento do Estado, e de restauração de urna política cultural.

Igualmente indispensável é o trabalho de nossos pesquisadores e cientistas. Embora os tempos sejam curtos, é possível reduzir a distância que nos separa dos países mais avançados no domínio tecnológico, tendo em vista o acervo que acumulamos no campo da pesquisa. Além da pesquisa fundamental, tenho particular esperança no setor biológico, que nos pode dar, à vista da riqueza de nossa biodiversidade e dos trabalhos já realizados, forte presença mundial.

Coloco, nos moços e moças, toda a certeza no grande futuro do Brasil.

Penso, sobretudo, nas crianças e jovens que vagam pelas ruas das grandes cidades. Trazê-las para a dignidade da vida é tarefa inseparável do nosso projeto de Nação.

Tem sido inestimável o trabalho desenvolvido por confissões religiosas, a começar pela Igreja Católica, no papel que elas exercem na luta pela igualdade de direitos e oportunidades.

Quando falamos no conhecimento e na juventude, é natural que se associe a nossa preocupação o problema da

educação. Sem que nos descuidemos dos aspectos materiais, como o dos prédios escolares, estamos empenhados em restaurar a dignidade tradicional dos mestres. Educar, conforme a própria etimologia, é conduzir, é mostrar os caminhos, é libertar a capacidade criadora para a plena realização humana. Os professores devem receber o nosso respeito. E este respeito não pode resumir-se na retórica do reconhecimento do Governo e da sociedade.

A História só põe à prova os povos fortes. Somos um povo forte, e venceremos esta quadra.

Esta passagem do ano, data em que se renovam as esperanças individuais e coletivas, não será apenas uma marca no calendário, mas, desejamos, o início de um grande tempo para o Brasil.

Este tempo começa com medidas há muito aguardadas. O Governo convocará extraordinariamente o Congresso para, a partir de 11 de janeiro, apreciar, entre outros projetos essenciais neste momento, os que tratam do ajuste fiscal, dos portos, do reajuste dos servidores públicos, da concessão dos serviços públicos, das licitações e da regulamentação do plebiscito marcado para 21 de abril.

Mais adiante o Governo espera que o Congresso legisle sobre matérias igualmente relevantes como propriedade industrial, diretrizes e bases da educação nacional, reforma partidária e reforma agrária.

Pretendo dizer à Nação que se encerrou, e esperamos, para sempre, a época de Chefes de Estado com poderes quase imperiais, para começar a era da responsabilidade dividida de fato, e não somente de direito, entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, na administração do País e no cumprimento de seu destino.

Os homens maiores são aqueles que, trazendo os olhos limpos, podem ver a grandeza no horizonte, não como miragem, e sim como projeto nutrido da esperança criadora. Graças a Deus não nos faltaram esses homens no passado, não nos faltam hoje, não nos faltarão no futuro.

Com eles, e com constante patriotismo da nossa gente, faremos o grande amanhã para o qual nos destinou a Providência.

Muito obrigado.

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na sessão solene de abertura da V Assembléia Ordinária do Parlamento Amazônico

Brasília, 10 de maio de 1993.

Tenho a alegria de dar-lhes as boas-vindas a Brasília, cidade voltada para o futuro, como a esperança; filha da vontade, da força e da tenacidade dos brasileiros de todo canto.

Recebi com grande honra o convite que o amigo José Curiel Rodríguez me dirigiu, na sua qualidade de Presidente do Parlamento Amazônico, para participar desta Sessão Solene de Abertura da V Assembléia da Casa Parlamentar onde estão representados, através dos seus Poderes Legislativos nacionais, os povos dos países que ocupamos o espaço da Bacia Amazônica.

Considero que minha presença aqui é testemunho do profundo apreço que temos todos os brasileiros pela instituição parlamentar, coluna de sustentação da vida civilizada, porque base da democracia.

A democracia é a pedra de toque que dá vida ao Parlamento Amazônico. O Estatuto desta Casa, em seu artigo primeiro, exige o modo de vida democrático como condição essencial para permitir aos povos da Amazônia aqui se fazerem representar. Portanto, a democracia é valor fundamental que deve ser preservado, inclusive para que exista o Parlamento Amazônico.

O povo brasileiro participou recentemente de um extraordinário processo de afirmação da Lei e dos Poderes Constituídos do Estado, e fez valer, em todo o país, seu firme desejo de ver cumpridas as previsões constitucionais para a hipótese do impedimento do Chefe do Poder Executivo.

Assim foi feito, em paz e em democracia plena.

É hora de recuperar também a confiança dos brasileiros em dias mais límpidos nos planos econômico e social.

A luta inadiável contra a inflação — o mais perverso dos impostos, porque cobra mais de quem ganha menos —, essa luta não será vencida com recessão. Ao Brasil digno, consciente de suas dimensões, conhecedor de seus problemas a este Brasil renovado em seus valores éticos e cívicos, ao nosso país não se ajustam receitas econômicas padronizadas que desconheçam o imperativo do crescimento econômico e das melhores condições de vida para todos os brasileiros. Crescimento e benefícios hoje, e não num futuro distante e incerto.

Meu Governo decidiu aplicar-se com energia à tarefa de estabilizar a economia; mas, ao mesmo tempo, vamos ampliar rapidamente a oferta de empregos, estimular a atividade de certos setores da economia com grande efeito multiplicador sobre os salários de baixa renda, e combater sem descanso a fome e a miséria.

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Tenho a certeza de que a implementação do plano de Governo recentemente anunciado abrirá amplos caminhos para o reencontro do Brasil com o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Estamos começando a recuperar o terreno que perdemos na década dos 80.

Há que redobrar os esforços de combate à fome, à miséria e à doença que açoitam milhões de nossos conterrâneos. Há que recuperar o sentido comum da cidadania latino-americana, embasada na devoção dos nossos povos à paz e à democracia, alimentada por uma cultura comum, fortalecida pela comunhão de esforços que todos dedicamos, a cada dia, à superação do subdesenvolvimento econômico e social. Há que unir esforços no debate internacional sobre o desenvolvimento, que queremos ver incluído na agenda internacional em posição condizente com sua importância na construção de uma nova ordem mundial, que não se realizará se persistir a tendência à marginalização de países e regiões em desenvolvimento. A cooperação estreita entre nossos países é essencial para atingir esses objetivos.

Desde a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, em 3 de julho de 1978, nossos países assumiram um compromisso profundo no sentido de conjugar ações para o desenvolvimento harmônico da região. A esse respeito, não esqueçamos as palavras do saudoso Arthur Cezar Ferreira Reis, inspirador do Instituto de Pesquisa da Amazônia, que dedicou sua vida à valorização e defesa da região: "nenhum programa se efetivará com os resultados definitivos se se ignora o homem como centro."

O Tratado de Cooperação Amazônica permitiu que nossos países disponham, agora, do amplo leque de políticas e estratégias. O Tratado cumpre um importante papel de aproximação de nossos países, por meio da institucionalização e da orientação das ações comuns, que levam à cristalização de uma verdadeira consciência amazônica fundada nos princípios da soberania, da cooperação, do equilíbrio entre a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento econômico e da absoluta igualdade das Partes. É nesse mesmo espírito que estamos empenhados em conferir crescente vitalidade e agilidade ao Tratado, inclusive pelo estabelecimento de mecanismo executivo permanente em Brasília.

A cooperação na região amazônica insere-se no contexto maior da integração latino-americana. O Brasil, inclusive por imperativo constitucional, tem como prioridade da sua política externa promover a integração latino-americana.

Com esse objetivo, o Brasil esteve entre os fundadores tanto da extinta Associação Latino-Americana de Livre Comércio, nos anos 60, quanto da sua sucessora, a Associação Latino-Americana de Integração, no início dos anos 80. A integração latino-americana é o caminho para o fortalecimento da capacidade de negociação externa do conjunto de nossa região, a partir do aprofundamento dos laços econômicos e comerciais que nos unem.

Com o mesmo objetivo de impulsar a integração do conjunto da região, assinamos, o Brasil e a Argentina, o Tratado de Integração bilateral de 1988.

O Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, pelo Brasil, pela Argentina, pelo Paraguai e pelo Uruguai representa, como seu próprio texto registra, novo avanço no

esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da América Latina, conforme o objetivo de estabelecer gradualmente um mercado comum latino-americano.

Vem o Brasil, assim, desde meados da década passada, buscando ampliar com os vizinhos do Sul do continente americano as dimensões dos diversos mercados nacionais, através de processos de integração nos planos regional, sub-regional e bilateral. E o fazemos porque acreditamos que essa integração é elemento fundamental para acelerar e generalizar os processos de desenvolvimento econômico, com justiça social.

Os primeiros resultados dessa empreitada comum já se fazem claramente visíveis, por exemplo, no plano comercial; o intercâmbio com os demais países da região passou de 6,8 bilhões de dólares em 1990 para 8,8 bilhões de dólares em 1991, ou cerca de mais de 30 por cento em somente um ano.

Mais notável é a situação entre os sócios do Mercado Comum do Sul: o comércio entre eles passou de 5,1 bilhões de dólares em 1991 para 7,1 bilhões de dólares em 1992, ou cerca de mais de 40 por cento naquele curto período.

Nada permite imaginar que essas tendências se enfraquecerão no futuro. Ao contrário, a continuada abertura do mercado nacional às importações — política que será mantida sempre em benefício do consumidor brasileiro, como recentemente determinei no setor farmacêutico — oferecerá oportunidades crescentes aos produtos dos nossos vizinhos.

Foi com essa convicção que, na Reunião de Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, em Buenos Aires, em novembro último, anunciei a chamada Iniciativa Amazônica, que tive a oportunidade de apresentar formalmente aos meus colegas mandatários dos países amazônicos.

A iniciativa tem por objetivo lançar, em termos bilaterais e no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, as bases comerciais e econômicas para a ampla avenida de cooperação que poderá repetir na Amazônia o exemplo de integração que se consolida na Bacia do Prata.

Entendo que o aprofundamento das condições favoráveis ao intercâmbio comercial dos países amazônicos será um passo fundamental para a integração da América do Sul, na medida que contribuirá para articular os dois grandes sistemas

hidrográficos. A própria dinâmica do comércio nos levará inevitavelmente a diversificar e aperfeiçoar as interconexões físicas, de transportes e de comunicações entre o Prata e o Amazonas, e favorecer o fluxo de capitais, de tecnologia e de pessoas entre as duas vertentes hidrográficas maiores que identificam esta parte da América.

Julguei oportuno valer-me desta Assembléia para referir-me mais detidamente à Iniciativa Amazônica porque entendo que este Parlamento, por sua natureza precípua de foro democrático comprometido com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, não pode deixar de conhecê-la. Com efeito, a Iniciativa é plenamente compatível com os objetivos desta Assembléia, definidos no artigo quarto de seu estatuto.

Este momento é propício para que reafirmemos o direito inalienável dos habitantes da Amazônia ao desenvolvimento social e econômico, desafio que incumbe às nossas nações, e a todos os segmentos em cada uma delas, erigir em prioridade de suas políticas nacionais. Estamos unidos pelo desafio que representa o desenvolvimento sustentável desse vasto conjunto de ecossistemas sem igual no mundo e pelo imperativo de levar aos cidadãos amazônicos melhores níveis de bem-estar. Bem sabemos a importância que tem a cooperação internacional para atingir esses objetivos, e a ela estamos abertos. No entanto, em que pese o grande interesse despertado pela Amazônia, essa cooperação não se tem feito disponível com a intensidade ou a qualidade desejáveis.

Estou convencido de que é chegada a hora de levantar, mais uma vez, uma bandeira comum. Construímos em nossa história a extraordinária capacidade de falar em uníssono, e não a podemos perder. Erigimos juntos uma cultura que se destaca no universo pela riqueza e variedade de seu imaginário, vivificado pelos mais diversos aportes étnicos e espelhada em uma sociedade multirracial das mais harmônicas.

Esta é a tarefa maior que temos todos os latino-americanos: o fortalecimento do nosso consenso, a reafirmação de nossa identidade própria. Somos irmãos e assim queremos continuar: livres, fortes, fraternos.

Em nome dos brasileiros, tão honrados em recebê-los, estendo a todos os participantes desta V Assembléia meus

melhores e mais sinceros votos de que as decisões que aqui se alcancem contribuam para aproximar-nos ainda mais da Amazônia que almejamos, e da América Latina que construiremos, tenho fé, em liberdade e em democracia.

Muito obrigado.

Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Primeira Sessão de Trabalho, em Assuntos Políticos, durante a VIII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio

Santiago do Chile, 15 de outubro de 1993.

Senhores Presidentes,

A idéia de união, nas Américas, é mais antiga do que em qualquer outro continente. Nenhum sonho de integração jamais abarcou área geográfica tão extensa.

É com especial prazer que saudamos a presença dos Senhores Presidentes da Bolívia, Gonzalo Sanchez de Lozada, do Paraguai, Juan Carlos Wasmosy, e da Venezuela, Ramon José Velasquez Mujica. Todos trazem ao Grupo do Rio a contribuição enriquecedora de vigorosos povos da comunidade latino-americana. Conduzem nações onde vicejam os ideais democráticos e se desenvolvem economias estáveis com promessas de equidade.

Nosso diálogo tem dois objetivos fundamentais: o primeiro é a articulação para a defesa da democracia, para a promoção dos direitos humanos e das liberdades individuais e para assegurar o desenvolvimento com justiça social.

O segundo é o da defesa de uma ordem internacional justa e democrática.

Hoje, a América Latina encontra a identidade comum que se afirma por cima de uma diversidade que nos individualiza. Passamos por processos e enfrentamos desafios muito similares.

Desde nosso último encontro em Buenos Aires, houve importantes desdobramentos em nossa região.

Com relação ao Haiti, à Nicarágua, à Guatemala e ao Suriname, reforçamos nosso apoio à preservação da ordem constitucional e ao encaminhamento construtivo de questões políticas e econômicas.

O Grupo do Rio deve continuar a cumprir, prioritariamente, o papel de defesa da democracia.

A democracia exige um esforço permanente de aperfeiçoamento institucional. Reclama, também, competência e dedicação dos homens públicos, para preservar o conteúdo ético indispensável à sua eficácia.

Sabemos que o fortalecimento de nossas democracias requer a confiança da população nas instituições políticas. A governabilidade democrática pode ser mais lenta em sua capacidade de operar resultados práticos. Isso se revela sobretudo em períodos de crise social e de grandes demandas sobre o Estado.

Seria erro grave atribuir nossos problemas ao modo de operar da democracia. Pelo contrário, são as instituições democráticas que permitem superar crises — inclusive institucionais — sem quebra da ordem constitucional e sem violência. A história recente do Brasil ilustra perfeitamente esse ponto.

É nesse contexto que ressalto a importância de um Estado socialmente necessário, não no sentido de um Estado onipresente, mas sim de um Estado atento à necessidade de atendimento das aspirações das camadas desfavorecidas da população — e que possa mobilizar os meios para exercer a contento esse papel fundamental.

Senhores Presidentes,

A América Latina tem dado importante contribuição para a causa da segurança internacional. As emendas ao Tratado de Tlatelolco, a criação e o funcionamento da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e o Acordo Quadripartite de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica fornecem à comunidade internacional as garantias de nosso compromisso com o uso pacífico da energia nuclear.

Com relação às armas químicas, Argentina, Brasil e Chile firmaram a Declaração de Mendoza em que renunciaram solenemente à sua posse e fabricação.

Nossos países participaram ativamente do processo que resultou na Convenção para Proibição de Armas Químicas, assinada em Paris no início deste ano.

O Brasil está considerando modalidades de aproximação e fortalecimento da confiança mútua com o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis.

Ao assumir compromissos firmes e inequívocos no campo da não-proliferação e do desarmamento, o Brasil — como os demais países latino-americanos — sente-se autorizado a exigir dos seus parceiros mais desenvolvidos o acesso desimpedido, mesmo que em bases comerciais, às tecnologias de ponta.

Na sua essência, o desenvolvimento econômico é um processo de difusão do progresso técnico. Por isso, na agenda da próxima reunião presidencial do Grupo do Rio, propomos que o tema «Ciência e Tecnologia» seja privilegiado, especialmente no que tange a acesso a tecnologias sensíveis.

Senhores Presidentes,

A experiência nos diz que a concertação política e a integração econômica são requisitos para uma projeção internacional mais nítida da América Latina.

Mercosul e Iniciativa Amazônica são duas vertentes em que se projeta a prioridade atribuída pelo Brasil à integração.

O Mercosul já exibe expressivos resultados, com taxas de crescimento exponencial do comércio e com avançada construção de medidas integracionistas, que nos levarão ao funcionamento, em 1° de janeiro de 1995, de uma Zona de Livre Comércio e de uma União Aduaneira. É um projeto de grande envergadura, não-excludente, que sinaliza para a criação de vínculos crescentes com os demais países da América Latina e para a inserção competitiva dos quatro países na economia internacional.

A última Cúpula do Grupo do Rio, em dezembro último, em.Buenos Aires, foi a ocasião escolhida pelo Brasil para o lançamento da Iniciativa Amazônica. Esta surgiu da percepção clara de que deveríamos aprofundar o relacionamento econômico com nossos parceiros amazônicos, o que inclui os países do Grupo Andino, além da Guiana e do Suriname. Prosseguem, com êxito, as negociações nesse sentido. De minha parte — animado pela receptividade que teve a proposta brasileira — continuarei a perseguir este objetivo com determinação.

Com a conformação da União Aduaneira do Mercosul, poderemos dar o primeiro passo concreto para o adensamento de vínculos entre o Mercosul e o conjunto dos países amazônicos.

Em um horizonte mais amplo, ao longo dos próximos dez anos, visualizamos a formação de uma Zona de Livre

III Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na cerimônia de abertura da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

Salvador (BA), 15 de julho de 1993

Senhores Chefes de Estado e de Governo,
Senhoras e Senhores,

Nenhuma cidade brasileira poderia acolher, com maior legitimidade, este Encontro do que Salvador. Para ela se deslocaram, a fim de receber Vossas Excelências, os sentimentos de hospitalidade de toda a Nação.

Neste território, em que o calor dos trópicos chega ao coração e à alma dos homens, as naus portuguesas terminaram a longa viagem que Ulysses interrompera, diante do Mar Oceano, em Lisboa, a «Olisipo» das mais antigas conjecturas, naquele tempo em que o mito e a história estabeleciam os rumos de nossa civilização. Aqui se completou, vindo do leste, o Projeto do Ocidente.

A Bahia em sua fascinante religiosidade, na força criadora de seus artistas, na beleza de seu povo, em cuja veias correm todos os sangues e em cuja alma passeiam todos os sonhos, é um dos grandes símbolos da comunidade de povos ibero-americanos. Aqui podemos ver como foi enriquecedora, para a velha força ancestral da península, a contribuição dos que vieram da África e daqueles que nos esperavam na América.

Sejam bem-vindos ao nosso lar.

Temos tido, de um lado e do outro do Atlântico, traços culturais comuns e crescente afinidade política. O tempo mundial pede-nos, no entanto, passos mais ousados, a fim de que possamos explorar espaço político próprio, aberto à cooperação e à solidariedade. Temos o dever de aproveitar as convergências possíveis na promoção do bem-estar dos nossos povos.

As nossas reflexões irão servir ao fortalecimento de nossa amizade, de forma a contribuir para a construção de nova ordem mundial. A sociedade internacional que desejamos e, mercê de Deus, haveremos de construir, será a que preserve a identidade cultural de cada uma das nações e promova efetiva solidariedade entre todos os homens.

Confirmamos aqui o nosso compromisso com os princípios da democracia representativa e o respeito sagrado aos direitos humanos. O primeiro de todos os direitos, nas sociedades organizadas, é o da liberdade sob a lei.

Decidimos dedicar estas Reunião de Chefes de Estado e de Governo à troca de idéias sobre o desenvolvimento, sobretudo o desenvolvimento social. Inspiram-nos o Relatório do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas e a Resolução n° 47/181 da Assembléia Geral.

Impele-nos a isso a grave situação social que, em muitas de nossas regiões, viola a dignidade do homem e dificulta o progresso econômico.

Em Guadalajara, onde pela primeira vez nos reunimos, e em Madri, demos passos concretos para ampliar os horizontes de nossas atividades comuns. Em Salvador ofereceremos importante contribuição à comunidade internacional no esforço para o desenvolvimento, sob a orientação das Nações Unidas, a partir do Relatório que o Secretário-Geral apresentará à quadragésima oitava assembléia geral, este ano.

Esta é uma tarefa a que nos convocam a urgência e o perigo. É preciso completar o que temos feito para a manutenção da paz e da segurança no mundo, com a solução dos problemas econômicos internacionais. Sem isso, a paz e segurança estarão sempre sob pesada ameaça. O aumento da pobreza, a degradação ambiental e os entraves ao desenvolvimento, que agravam as pressões migratórias, exigem ação solidária imediata, no interesse de todos, ricos e pobres, países industrializados e em desenvolvimento.

Quero encerrar estas palavras de boas-vindas lembrando um grande estadista brasileiro, nascido nesta cidade da Bahia de Todos os Santos, o Barão de Cotegipe. Cotegipe, que sempre defendeu a idéia de aproximação com os nossos vizinhos

sul-americanos, deixou-nos máxima que pode servir a este encontro: "O prazer da alma está na ação".

E é com este «prazer da alma» que comunico a Vossas Excelências haver encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei que torna obrigatório o ensino do idioma espanhol nas escolas de primeiro e segundo graus em todo o Brasil.

Muito obrigado.

IX Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na inauguração do Parlamento Latino-Americano

São Paulo, 17 de julho de 1993.

Senhor Presidente do Parlamento Latino-Americano,
Senhores Chefes de Estado,
Senhores Membros do Parlamento Latino-Americano,
Senhores Membros do Corpo Diplomático,
Senhoras e Senhores,
Moços e Moças.

Inauguramos hoje a sede do Parlamento Latino-Americano, sob a inspiração dos mais elevados ideais que orientam a vida política e social em nossos países.

A realização do destino que nos foi legado pelos fundadores dos Estados Continentais pressupõe o respeito absoluto aos dois valores em que se alicerça a civilização: a liberdade e a ordem. Em plena liberdade, em suas Casas Parlamentares, mediante os representantes escolhidos em processos legítimos, os povos estabelecem a ordem jurídica que pede a sua vontade comum. Cabe às demais instituições do Estado garantir a liberdade e manter esta ordem, não permitindo a dissolução da autoridade nos ácidos da anarquia, nem recorrendo a medidas que violem as constituições e as leis.

A essa trabalhosa forma de viver e governar chamamos democracia. Nem sempre nos damos conta de suas virtudes, mas quando delas nos privam, ansiamos por sua restauração. Relembramos que é preferível o cansativo diálogo ao uso da força; que é melhor a paciência do que o açodamento que leva a decisões impensadas; e que o emprego de meios legítimos e constitucionais, para a garantia das instituições e do cumprimento da ordem jurídica, mesmo à custa de efémera popularidade política, é muitas

vezes inevitável, a fim de impedir que nos ameace a desordem essencial das ditaduras.

Quando pensamos em democracia, pensamos em Parlamento. É nos Parlamentos que as idéias crescem, no ardor dos debates, na força das paixões políticas. É também no Parlamento que, nas horas mais graves, selam-se os acordos em nome da paz.

Em nosso País e em nossos sacrificados tempos de luta pela reconquista da democracia e reafirmação do Parlamento, destacou-se a figura de Ulysses Guimarães, a cuja memória acabamos de prestar uma homenagem justa. Ulysses, em mais de quatro décadas de vida pública, foi o exemplo da paixão e da paciência, do confronto e do diálogo, da coragem e da transigência.

O Brasil sente-se honrado em acolher, na cidade de São Paulo, esta casa da democracia latino-americana, que será foro privilegiado do diálogo e do entendimento. Estou certo de que nele encontraremos o espaço para construir a unidade com que sonharam os nossos maiores e que nos foi negada pelas circunstâncias daquele tempo. Unidade que sempre será regida pelo sagrado respeito aos princípios da autodeterminação dos povos.

Não nos devem mover, neste ideal de integração, apenas as razões econômicas, por mais ponderáveis elas possam ser. Estou convencido de que mais do que a troca de bens e serviços, temos que trocar as nossas ricas experiências humanas. A nossa integração terá de ser cultural, ou não será integração. De um e de outro lado das montanhas e dos rios que marcam os nossos limites de soberania, há homens e mulheres que embelezam e dão nova dignidade à vida, na criação literária, nas artes plásticas, na música e na expressão, poderosa e não raras vezes fantástica, da arte popular.

Foi com essa consciência do que deve ser feito que, conforme anunciei em Salvador, encaminhei ao Congresso Nacional projeto de lei que determina o ensino do idioma espanhol em todas as .escolas de primeiro e segundo graus, em todo o território brasileiro.

Temos também, para servir ao futuro comum, as lições de fraternidade social dos nossos ancestrais nativos do continente. Em suas sociedades, aparentemente primitivas, porque

desprovidas do conhecimento técnico, encontramos a inspiração para a necessária justiça social. Sem que resolvamos os terríveis problemas sociais trazidos pelo crescimento econômico desordenado, a democracia estará incompleta. Por isso devemos nos acautelar contra as ilusões de uma modernidade que, em nome da abertura inevitável dos mercados, mantenha a exploração da mão-de-obra barata como pressuposto do progresso econômico.

Senhoras e Senhores,

A construção política da América Latina talvez venha sendo a mais incitante das aventuras do homem. Foi necessário que se transpusessem todas as fronteiras do mistério, cortando os meridianos ocidentais e a linha equinocial, no confronto com um mundo hostil em sua natureza preservada e com os povos de saber próprio e poderoso, para estabelecer aqui a nova plataforma da História.

Este Parlamento irá servir para que nos conheçamos melhor. Ele faz parte de um conjunto arquitetônico próprio e se cerca de instalações de natureza cultural, de iniciativa do povo e do Governo de São Paulo, destinadas a receber o espírito criador de nossa América. Não tenho dúvida de que, aqui, começa, na solidez destas paredes, a construção objetiva de nossa integração.

Muito obrigado.

XIV Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da visita do Senhor Presidente da República Cooperativista da Guiana, Senhor Cheddi Jagan

Brasília (DF), 17 de novembro de 1993.

Senhor Presidente Cheddi Jagan,

Ao formular os votos de boas-vindas e feliz estada a Vossa Excelência, bem como à ilustre comitiva que o acompanha, desejo homenagear, neste nosso primeiro encontro, um dos líderes mais expressivos da América do Sul.

Estendemos essa homenagem à Guiana. Contra as difíceis condições de comércio, o peso da dívida externa e outros graves obstáculos, a Guiana tem sabido manter-se altiva, na defesa da dignidade democrática e na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Na intervenção de Vossa Excelência no recente debate da Assembléia-Geral das Nações Unidas pode-se observar a grande identidade de posições e de princípios de nossos dois países.

Estamos ambos empenhados na promoção e no fortalecimento da democracia.

Os regimes democráticos devem prevalecer em nossa América do Sul e em todo o Hemisfério. Tal objetivo não se alcança apenas com o esforço interno de cada país. A democracia é, hoje, tema de política externa e de cooperação entre os países.

Com a democracia, entendemos promover os direitos humanos e o desenvolvimento econômico-social. Como bem observou Vossa Excelência, as medidas de ajuste em países em desenvolvimento deverão levar em conta a justiça social e a promoção do bem-estar das populações.

Senhor Presidente,

Foi com grande satisfação que o Brasil tomou conhecimento da reação guianense à proposta de assinatura de um acordo de complementação econômica no quadro da Iniciativa Amazônica.

A Iniciativa Amazônica vem somar-se aos esquemas sub-regionais de integração em curso, que não devem ser excludentes. Recentemente, avancei sugestão no sentido de convergimos Brasil, Guiana e todos os nossos vizinhos, para a configuração de um espaço econômico sul-americano.

Além do Plano Comercial e Econômico, a relação entre o Brasil e a Guiana apresenta grande potencialidade em outras áreas. A dimensão amazônica figura como uma das mais importantes.

A Amazônia desempenhará crescente papel no futuro de nossos países. Com outros seis países irmãos, dispomos de um mecanismo significativo, o Tratado de Cooperação Amazônica. Poderemos tirar ainda maior partido do importante acervo já acumulado se dotarmos o tratado de instrumentos mais ágeis para captar recursos e canalizar a cooperação. Por esse motivo, o Brasil sugere a criação de uma secretaria permanente do Tratado, com sede em Brasília.

Senhor Presidente,

A cooperação fronteiriça constitui campo de trabalho prioritário. O respeito e a confiança mútua que caracterizam as relações entre o Brasil e a Guiana nos levarão em futuro próximo a resultados concretos nessa área de colaboração.

Estamos promovendo uma presença maior do Estado na Amazônia Brasileira, com o objetivo de aumentar a proteção à população local e ao meio ambiente.

Por esse motivo, estamos implantando o sistema de proteção e vigilância da Amazônia e convidamos os países amazônicos — e entre estes naturalmente a Guiana — para participar do esforço de implantação do SIVAM-SIPAM, beneficiando-se de seus-resultados.

Senhor Presidente,

Nosso destino continental se cumprirá quando os países da América do Sul se interligarem e nossos contatos forem diretos e constantes. Unidos por uma extensa região de fronteira, Brasil e Guiana precisam promover o quanto antes a integração desse espaço ao restante de seus territórios nacionais.

O desenvolvimento de nossas relações se apoia na interconexão de nossas estruturas rodoviárias, por onde escoarão os bens e serviços que levarão o progresso ao Sul da Guiana e ao Norte do Brasil.

Senhor Presidente,

A presença de Vossa Excelência entre nós augura o início de uma fase nas relações entre o Brasil e a Guiana, ainda mais intensa e produtiva.

Com esse desejo sincero no coração, em nome do Governo Brasileiro e do meu próprio, ergo minha taça pela prosperidade da nobre e amiga nação guianense; e fazendo votos por uma feliz permanência em terras brasileiras, nessa visita rápida, mas para nós tão grata, convido a todos a brindarem pela felicidade pessoal de Vossa Excelência.

XVI Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da cerimônia de inauguração da V Reunião de Chefes de Estado do Conselho do Mercado Comum, na Cidade de Colônia — Uruguai

Colônia, Uruguai, 17 de janeiro de 1994.

Exm° Sr. Presidente Luiz Alberto Lacalle,
Exm° Sr. Presidente Carlos Saúl Menem,
Exm° Sr. Presidente Juan Carlos Wasmosy,
Exm° Sr. Presidente Gonzalo Sanchez de Lozada,
Sr. Intendente da cidade histórica de Colônia,
Senhores Chanceleres,
Senhores Embaixadores,
Senhores Ministros,
Senhor Bispo,
Senhoras e Senhores,

Minhas palavras de agradecimento ao povo e ao governo uruguaios, e muito particularmente ao Presidente Luiz Alberto Lacalle, pela hospitalidade e pela organização da V Reunião do Conselho do Mercado Comum neste cenário histórico de Colônia.

Posto avançado dos colonizadores portugueses na margem oriental do Rio da Prata, mais de trezentos anos transcorreram para que, de símbolo da confrontação imperial europeia, a antiga Colônia do Sacramento se transformasse em marco da cooperação e da integração de nossos países.

Desejo saudar, de maneira especial, o Presidente Juan Carlos Wasmosy, pela primeira vez presente a um encontro dos Presidentes dos países do Mercosul, e o Presidente Sanchez de Lozada.

Hoje se encontram, mais uma vez, os Presidentes de quatro Repúblicas latino-americanas unidas pelo desejo comum de promover, sob a mais pura inspiração democrática, o ideal de desenvolvimento econômico com a justiça social expresso no Tratado de Assunção.

Senhores Presidentes,

Transcorridos quase três anos da assinatura do Tratado de Assunção e a menos de um ano do término do período de transição, creio ser essencial refletir sobre tudo aquilo que fomos capazes de realizar até o momento, bem como sobre os desafios que o processo de integração ainda nos apresenta.

Os esforços visando à implementação do Mercosul foram amplamente recompensados pelos resultados positivos já alcançados. Nesse contexto, cabe ressaltar a atuação do Conselho do Mercado Comum, do Grupo do Mercado Comum e dos demais foros de negociação do Mercosul que, por intermédio de suas recomendações, resoluções e decisões, lograram aprofundar a integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O crescente interesse de empresários, trabalhadores e acadêmicos revela a medida da importância atribuída ao Mercosul pelas sociedades dos países que o integram. A significativa migração transfronteiriça de empreendimentos e investimentos constitui demonstração da confiança depositada pelos operadores econômicos no processo de integração em curso.

No que tange ao comércio intra-regional, os resultados são extremamente positivos. O intercâmbio intra-Mercosul que alcançou 3,6 bilhões de dólares em 1990 — ano que antecedeu a assinatura do Tratado de Assunção — terá superado a cifra de 7,5 bilhões de dólares em 1993. Medida em que avança o Programa de Liberalização Comercial instituído pelo Tratado de Assunção, ampliam-se as perspectivas de crescimento dos níveis de comércio.

Atravessaremos, em 1994, uma etapa decisiva, na qual deveremos enfrentar e vencer importantes desafios. O principal deles é o de estabelecer uma tarifa externa comum, condição indispensável para consolidar o processo integracionista e para viabilizar avanços posteriores.

A realidade dos compromissos assumidos no Tratado de Assunção apresentou-se de forma aguda na negociação da tarifa externa comum. Este é o momento de reafirmar que eventuais ajustes se justificam plenamente, em vista dos benefícios do processo. Estamos engajados no esforço ousado da total abertura recíproca de nossos mercados. Os benefícios serão proporcionais ao tamanho dos mercados que se abrem a cada um dos parceiros.

A contrapartida da abertura ampla e generosa, que estamos promovendo, há de ser a compreensão de que o mercado comum só tem sentido de assegurar margens absolutas de preferência e o nível de proteção minimamente compatível com a complexidade e o desenvolvimento dos setores produtivos dos quatro países em face a terceiros.

Não se deve subestimar a capacidade de nossas economias de responder positivamente às exigências da integração. Estatísticas mais recentes demonstram o bom desempenho de todos os países do Mercosul em 1993, superior ao verificado nos anos anteriores.

No caso brasileiro, a economia cresceu cerca de 4,5%, com aumento de 9% da produção industrial. O plano de ajuste econômico, que se encontra em fase de implementação, criará, mediante redução dos índices de inflação, condições ainda mais positivas para a retomada do crescimento.

A corrente global de comércio cresceu 10%, durante o ano de 1993, alcançando um valor global de 65 bilhões de dólares. A reativação da economia e o prosseguimento do processo de abertura comercial explicam o aumento de 23,7% nas importações globais do Brasil, que situaram-se em 25,5 bilhões de dólares para o ano como um todo. O aumento expressivo do saldo comercial brasileiro, sem que houvesse redução nas exportações, que cresceram 8,8%.

No âmbito regional, a economia brasileira tem desempenhado papel fundamental na expansão do comércio. O Brasil é o principal mercado para as exportações dos países do Mercosul. Temos realizado gestos concretos para expandir ainda mais esses fluxos de comércio. Assim, em 1993, as importações brasileiras provenientes do Mercosul alcançaram a cifra significativa de 3 bilhões de dólares, representando crescimento de 58% em relação ao ano anterior.

Nossos países têm dado repetidas provas de maturidade democrática e estabilidade institucional — pressupostos necessários para o sucesso da iniciativa de integração. Estamos convictos de que o Mercosul está sendo construído sobre sólidas bases políticas e econômicas.

Senhores Presidentes,

A prioridade que o Brasil atribui ao Mercosul não é excludente. Vejo na articulação gradual dos processos subregionais de integração o futuro do projeto de integração da América Latina, e, em particular, da América do Sul. Nesse sentido, julguei oportuno propor, por ocasião da VII cúpula presidencial do Grupo do Rio, a criação de uma área de livre comércio sul-americana, resultante da aproximação dos esforços de integração do Mercosul, do grupo andino, da iniciativa amazônica, e com a participação do Chile, cujos instrumentos básicos gostaríamos de ver definidos e acordados ainda este ano.

Estamos atentos à realidade representada pela criação do Nafta. Consideramos oportuno que o Mercosul fortaleça o sistema de consultas estabelecido pelo acordo 4+1 firmado com os Estados Unidos.

Registro a satisfação do Brasil pela conclusão da rodada Uruguai do GATT, marco do fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Os resultados finais da rodada recomendam a continuidade dos esforços de coordenação dos países integrantes do Mercosul nos foros multilaterais de comércio.

Ao longo de 1994, o Mercosul terá que definir além da tarifa externa, outros instrumentos de uma política comercial comum. Precisaremos estabelecer mecanismos de defesa da concorrência e proteção ao consumidor. Esse conjunto de medidas é indispensável ao sucesso do Mercosul e à concretização de uma união aduaneira em 1° de janeiro de 1995. Quanto ao perfil institucional do Mercosul, é essencial que reflita os avanços obtidos nas negociações substantivas.

Senhores Presidentes,

Nesta oportunidade, em que os quatro chefes de estado dos países integrantes do Mercosul encontram-se mais uma vez reunidos em torno do ideal da integração, reafirmo o empenho do Governo do Brasil em cumprir todos os compromissos assumidos com vistas à concretização dos objetivos econômicos e sociais definidos no tratado de Assunção.

Muito obrigado.

XVII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da cerimônia de instalação da Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana, na cidade de Letícia, Colômbia

Letícia, Colômbia, 22 de janeiro de 1994.

Senhor Presidente da Colômbia,
Senhores Chanceleres,
Senhores Ministros,
Senhores Presidentes da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia,
Senhor Governador do Departamento do Amazonas,
Senhor Governador do Amazonas,
Senhor Alcaide de Letícia,
Senhor Prefeito de Tabatinga,

Em nome de todos os brasileiros desejo saudar calorosamente a nobre e amiga nação colombiana, na pessoa de seu ilustre Presidente, Doutor César Gaviria Trujillo.

Nosso encontro de hoje reafirma os laços de permanente amizade entre o Brasil e a Colômbia e assinala o início de uma nova etapa de cooperação entre nossos povos.

Senhor Presidente,

No panorama global, a conclusão da rodada Uruguai abre caminho para o reforço, em bases mais estáveis e previsíveis, do sistema multilateral de comércio. Os desdobramentos dessa conjuntura internacional produzirão reflexos sobre a América Latina e sobre todo o mundo em desenvolvimento.

Em nosso continente, multiplicam-se as iniciativas de concertação no mais alto nível, impulsionadas pelo irreversível processo de consolidação da democracia como padrão de ordenamento político da sociedade e do relacionamento entre os Estados.

As conferências de cúpula dos países Ibero-Americanos — que voltarão a reunir-se em junho próximo na histórica cidade de Cartagena — bem como as reuniões do Grupo do Rio, constituem testemunho eloqüente da vitalidade e importância dos mecanismos informais de consulta entre os governantes da região.

No plano bilateral, nossos governos têm intensificado os contatos em todos os níveis. O Brasil teve a honra de receber Vossa Excelência em 1991 e, mais recentemente, em Salvador, para a III Conferência Ibero-Americana. A Ministra das Relações Exteriores, Noemi Sanín de Rubio, visitou o Brasil oficialmente no ano passado. O Chanceler Celso Amorim, por sua vez, esteve em Bogotá há poucos meses, ocasião em que assinou o memorando de entendimento para a criação da Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana.

A criação da Comissão de Vizinhança abre oportunidades para o aprofundamento da cooperação bilateral. Esta iniciativa dará renovado vigor aos esforços de ambos os países na promoção do desenvolvimento regional.

A Comissão de Vizinhança dará às comunidades de Tabatinga, Letícia e áreas adjacentes um foro eficaz para encaminhar, de forma descentralizada, propostas e iniciativas referentes à proteção do meio ambiente, à promoção do ensino do português e do espanhol, realização de campanhas de saúde, à coordenação de obras públicas nos setores de transporte e fornecimento de energia, e à proteção e assistência às populações indígenas.

Por intermédio do mecanismo que ora instalamos, reafirmamos a prioridade de que se reveste a região amazônica para cada um de nossos países. Confiamos no futuro desta região e reafirmamos nosso propósito de estimular o desenvolvimento sustentável da Amazônia, em conjunto com os países com os quais compartilhamos este gigantesco patrimônio.

Desejo ressaltar a importância que atribuímos ao Tratado de Cooperação Amazônica, como instrumento relevante de cooperação regional, e como vetor de intensificação das relações bilaterais. A proposta brasileira de criação de uma secretaria permanente para o TCA, em torno da qual esperamos reunir o consenso dos estados amazônicos, visa precisamente a fortalecer o

tratado e a proporcionar-lhe melhores condições para ajudar a promover o desenvolvimento econômico e social da região.

Senhor Presidente,

Tomei conhecimento, com satisfação, do interesse com que a Colômbia acolheu a Iniciativa Amazônica, que lancei em dezembro de 1992. Estou certo de que as negociações em curso sobre a inclusão de um acordo de complementação econômica entre o Brasil e a Colômbia, chegarão a bom termo e permitirão expandir o comércio bilateral, situando-o em patamar compatível com as potencialidades de nossas economias.

Assinalei em Santiago, por ocasião do último encontro presidencial do Grupo do Rio, que o Brasil visualiza a formação, ao longo dos próximos dez anos, de uma área de livre comércio sul-americana. Esse espaço econômico ampliado resultaria da articulação entre os processos integracionistas em andamento no Mercosul, da Iniciativa Amazônica e do Grupo Andino. Será também importante, nesse contexto, a participação do Chile.

A projetada área de livre comércio, cujos instrumentos básicos gostaríamos de ver definidos e acordados ainda este ano, facilitará a aproximação das iniciativas sub-regionais de integração na América do Sul com o Nafta, com o Mercado Comum Centro-Americano e com a Comunidade do Caribe. A proposta de constituição da área de livre comércio sul-americana encontrou boa receptividade durante a recém-concluída Reunião do Conselho do Mercosul, cujo comunicado final registra o apoio dos Presidentes à convocação, ainda este ano, de uma conferência destinada a definir as modalidades e instrumentos necessários à conformação da área.

Senhor Presidente César Gaviria,

Diante da escassez de recurso que nos afeta, cabe-nos a tarefa prioritária de identificar fórmulas novas e imaginativas para imprimir novo alento à cooperação brasileiro-colombiana. Iniciativas como a da Comissão de Vizinhança, que ora instalamos, contribuirão para estreitar ainda mais os tradicionais vínculos que nos unem, contornando as dificuldades presentes.

Senhor Presidente e estimado amigo,

Ao saudar em Vossa Excelência o esclarecido estadista da moderna Colômbia, permita-me expressar os sentimentos de confiança do povo brasileiro em um futuro auspicioso para a amizade e cooperação entre nossos dois países.

Muito obrigado.

XVIII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do jantar oferecido pelo Embaixador José Aparecido e a Senhora Sarah Kubitschek aos Chanceleres de língua portuguesa, no Memorial JK

Brasília, 10 de fevereiro de 1994.

Excelentíssimos Ministros de Relações Exteriores que nos visitam,

Senhor Embaixador José Aparecido de Oliveira,

Senhora Sarah Kubitschek,

Senhora Vice-Governadora,

Senhores Ministros de Estado,

Senhoras e Senhores,

Nesta noite, e neste cenário, começo por homenagear a memória de um homem que, como poucos, soube compreender, amar e respeitar esta nação.

Houve — e foi o nosso concidadão em Minas Paulo Pinheiro Chagas — quem o dissesse contemporâneo do futuro. Mais do que contemporâneo do futuro, devo dizer, Juscelino foi um dos construtores de futuro. Ele tinha, nas mãos, confundidas com as suas, as linhas do destino nacional. Foram por essas linhas que se desenharam o nosso segundo nascimento, o nascimento económico. Juscelino Kubitschek conquistou a legenda «cinquenta anos em cinco». Ele soube prosseguir, com a ousadia dos garimpeiros, o projeto industrial de Vargas, e deu a cada brasileiro seu salvo-conduto de orgulho.

Foi assim que, com ele à frente, edificamos Brasília, ocupamos o Oeste, riscamos de caminhos a grande floresta, represamos os rios e nos assenhoreamos de sua energia, e atiramos a nossa âncora no próximo século.

Este momento nos faz recordar a proposta inovadora que fez ao continente, de uma Operação Pan-Americana, em

busca da prosperidade comum sobre os fundamentos da justiça. Tantos decénios depois, reunimo-nos em Brasília e nos encontramos entre essas paredes que o lembram, para tratar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Quis o destino que eu me ocupasse desta iniciativa atual, que se enquadra nos marcos da diplomacia brasileira.

Neste momento em que nos visitam irmãos tão próximos no sangue e no espírito, quero render também o meu preito de afeto a Dona Sarah Kubitschek. A dignidade de sua vida, que resume as virtudes das mães, faz de Dona Sarah a permanente primeira dama do Brasil. Ela, mais do que a esposa de um Presidente da República, foi a companheira do grande estadista, e deu-lhe, com honra e com a inteligência, o ânimo de fazer e de resistir.

Agradeço-lhe, Dona Sarah, o belo pergaminho e a abertura deste espaço sagrado da memória afetiva nacional a este encontro com os Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Senhores Chanceleres,
Embaixador José Aparecido de Oliveira,

Este nosso encontro de Brasília é novo e decisivo passo para a consolidação da Comunidade. Os entendimentos diplomáticos conduziram ao Comunicado Conjunto de Brasília, que afiança o nosso propósito e garante o nosso pacto histórico. Trouxe-me alegria particular a menção aos esforços que o Governo realiza por meio do Conselho de Segurança Alimentar, dirigido por Dom Mauro Morelli, e da Campanha pela Cidadania, conduzida pelo sociólogo Herbert de Sousa. Agradeço a referência à candidatura de Betinho ao Prémio Nobel da Paz.

Associo-me também à iniciativa da criação, no âmbito de nossa Comunidade, de passaporte contra o racismo. Não é preciso reafirmar o nosso repúdio a essa manifestação de primitivismo.

Temos os nossos olhos voltados para a tragédia do bravo povo africano de Angola, sobretudo depois da memorável mesa-redonda de Luanda. E esperamos a consolidação da paz em Moçambique. Seu sofrimento é nosso sofrimento e a sua paz será a nossa paz. Faremos tudo o que pudermos fazer para que cessem

as hostilidades e as mãos que hoje empunham as armas se juntem para a construção do bem comum.

Senhores Ministros,

Não pôde o Chanceler Celso Amorim estar presente a este encontro, em razão de viagem já decidida antes a Montevidéu, a fim de participar de reunião de interesse do continente. Representa-o, e representa a Chancelaria, o Embaixador José Aparecido de Oliveira. Ele, como meu emissário especial, visitou os países de expressão portuguesa e completa agora a missão em Maputo e ultima, do lado brasileiro, os preparativos do encontro, em Lisboa, dos Chefes de Estado dos países de língua portuguesa, quando esperamos concluir esta fase de entendimentos para a institucionalização de nossa Comunidade, depois dos exaustivos esforços que temos desenvolvido. Em seguida, Ministro Durão Barroso, terei o prazer de rever o Presidente Mário Soares e o Primeiro-Ministro Cavaco e Silva que, com Vossa Excelência, vêm dando o estímulo de seu saber e de seu prestígio internacional a essa iniciativa do Governo brasileiro, quando nos encontraremos na próxima Reunião Cimeira Luso-Brasileira.

Peço-lhes levar aos seus povos os sentimentos de fraternidade do povo brasileiro.

XIX Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República da Venezuela, Dr. Rafael Caldera

La Guaíra, Venezuela, 4 de março de 1994.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Venezuela,
Dr. Rafael Caldera,
Senhores Ministros das Relações Exteriores,
Senhores Ministros,
Senhores Embaixadores,
Senhores e Senhoras,
Senhor Presidente,

A oportunidade que me oferece Vossa Excelência, de ser o primeiro Chefe de Estado estrangeiro com quem se reúne após haver assumido a Presidência desta grande nação, é simbólica da estreita amizade que une o Brasil à Venezuela e do interesse recíproco em aprofundá-la.

Meu Governo acompanhou de perto os acontecimentos que culminaram com a sua expressiva vitória nas eleições de dezembro passado, e quer aproveitar o ensejo deste encontro de trabalho para estender ao Governo e povo venezuelanos a sua fraterna solidariedade, com os olhos voltados para a consolidação da democracia em nosso continente e o progresso econômico e social de nossa região.

A satisfação que me acompanha nesta viagem é reflexo, em primeiro lugar, da hospitalidade venezuelana e do apreço brasileiro pelo inestimável aporte da Venezuela ao patrimônio histórico do mundo Latino-Americano. Mas minha alegria em estar hoje em La Guaíra se deve, sobretudo, a uma forte afinidade com o Governo de Vossa Excelência, que se enraíza na comunhão de valores democráticos, na compartilhada determinação de reduzir a

corrupção e no compromisso unívoco com a ética na política.

As relações entre o Brasil e a Venezuela se beneficiam de uma conjuntura histórica favorável ao adensamento do diálogo e ao fortalecimento da cooperação. Minha visita traz essa mensagem: vamos transformar a separação da fronteira numa convergência para o desenvolvimento — o homem é mais importante que o marco divisório.

Vejo chegado o momento, Senhor Presidente, de empreendermos um ousado projeto comum de intercâmbio, diálogo e integração, capaz de vivificar e consubstanciar a cooperação bilateral em todas as suas vertentes. Para este fim, contaremos com a Comissão Binacional de Alto Nível — instrumento apurado que, por seu elevado nível e por sua abrangência constitui, para meu país, iniciativa singular e pioneira.

É, portanto, uma decisão histórica, que evidencia o altíssimo grau de prioridade que o Brasil empresta ao seu relacionamento com a Venezuela.

São inúmeras as áreas a serem exploradas e múltiplas as possibilidades de associação em benefício mútuo. O comércio, o setor energético, a cooperação fronteiriça, os transportes, a cultura, são alguns dos assuntos que já possuem sua complexa pauta própria, e que desejamos impulsionar.

No contexto proporcionado pela aceleração do processo integracionista em nossa arte do mundo, abrem-se, ademais, oportunidades de associação plurilateral que não podemos deixar de aproveitar, convictos como estamos de que os ideais do Libertador Simón Bolivar permanecem mais atuais do que nunca.

A proposta de criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSÁ), que apresentei pela primeira vez na VII Cúpula do Grupo do Rio, se inspira nesses ideais. Estou certo de que a convergência dos esforços sub-regionais de integração do Mercosul, com a participação do Chile, traduzirá em crescente bem-estar e progresso nossa vocação regional para o entendimento e a convivência em harmonia.

Em homenagem àquele que melhor encarna a vocação de nosso Hemisfério para a paz e a concórdia, o VI Batalhão de Engenharia sediado em Boa Vista, no Estado de Roraima, acaba

de ser balizado com o nome de Simón Bolivar, por portaria de 21 de janeiro de 1994. Trata-se de um gesto que reflete o apreço de nossas Forças Armadas pelo grande herói de uma nação vizinha e amiga, à qual nos unem laços de respeito e afeto.

Tenho certeza, Senhor Presidente, que durante a gestão de Vossa Excelência estes laços hão de estreitar-se ainda mais, à medida em que intensificamos o nosso trabalho conjunto nas diversas frentes de ação. Tenho certeza também de que hão de frutificar os esforços da Venezuela e do Brasil, para que nossas sociedades sejam mais justas e o nosso desenvolvimento mais eqüitativo.

Ao prestar homenagem ao Presidente da Venezuela, presto um tributo ao latino-americanismo, que sempre encontrou em Vossa Excelência um genuíno porta-voz e um lúcido arquiteto. Nosso encontro se dá, assim, sob o signo desse espírito integracionista. Peço que me acompanhem neste brinde a um futuro de paz e prosperidade para a nação e o povo venezuelanos e à saúde e felicidade do Presidente Rafael Caldera.

Muito obrigado.

XXIII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da sessão de abertura do Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA

Belém do Pará, 6 de junho de 1994.

Senhor Secretário-Geral da OEA,
Senhor Presidente da República do Haiti,
Senhor Governador do Estado do Pará,
Senhores Chanceleres,
Senhores Ministros de Estado,
Senhores Embaixadores,
Senhores Parlamentares,
Senhores Membros do Poder Judiciário,
Senhores Comandantes Militares de Área,
Senhor Prefeito de Belém,
Senhoras e Senhores,
Senhores Chanceleres,
Senhores Delegados,
Senhor Secretário-Geral,

O Brasil os acolhe em um de seus mais belos cenários naturais, e nesta cidade de Belém, de vigorosa presença na epopéia da ocupação continental. Por muito tempo a cidade do Pará, situada no delta das águas imensas, vindas do Oeste, do Sul e do Norte, foi a sede do temor e da coragem. Nela se detinha o passo dos aventureiros, antes que se embrenhassem no excitante mistério das selvas e dos grandes rios. Aqui, senhores Chanceleres, os nossos comuns antepassados ibéricos forjaram parte de nosso destino e de nossa alma, no convívio com um ambiente contemporâneo à aurora do mundo, e com a emocionante inocência daquela humanidade nativa, amparada por seus deuses estranhos e sua exemplar harmonia com a natureza bruta.

Ao recebê-los aqui, com as boas-vindas de todos os brasileiros, associamo-nos às homenagens devidas a um de nossos

mais eminentes compatriotas, nascido em Belém do Pará, o Embaixador João Clemente Baena Soares.

Senhor Secretário-Geral,

Os últimos dez anos, de profundas e inquietadoras transformações na sociedade mundial, trouxeram à organização dos Estados Americanos desafios novos, que ela pôde administrar sob a sua lúcida e hábil condução, soube Vossa Excelência interpretar o desejo dos povos do continente, que é o de fortalecer o regime democrático e assegurar, mediante a solidariedade de todos para com todos, o desenvolvimento econômico e social de nossos povos.

Estou convencido, Senhor Secretário-Geral, Senhores Chanceleres, de que não há povo que não possa oferecer a outros a sua colaboração. Onde são escassos os recursos do território, há sempre poderosas conquistas do pensamento, na ciência, na técnica, na cultura, que podem contribuir para o enriquecimento comum.

Esse entendimento, que Vossa Excelência soube amimar, fortaleceu a esperança da comunidade interamericana na paz e na amizade, objetivos que dependem do desenvolvimento econômico e do respeito aos direitos humanos. Somo lhes gratos, Embaixador Baena Soares, pelo meritório trabalho que executou à frente da organização continental e lhe desejamos novos êxitos no futuro.

A Organização dos Estados Americanos terá em breve, no cargo de Secretário-Geral, o jovem estadista César Gaviria Trujillo, Presidente da Colômbia. Tenho, de meus encontros com o Chefe de Estado do grande país, nossa vizinha na geografia e na história, a imagem de um homem predestinado às mais desafiadoras missões. Ele vem demonstrando coragem e rara inteligência política no confronto com os problemas de seu país que são, de uma forma ou de outra, problemas de todos nós. Sua experiência será muito importante na Secretaria- Geral de nossa entidade.

Senhores Chanceleres,

Reafirmo, nesta assembléia, o alto compromisso do povo brasileiro com a democracia. Só sob o império da liberdade, que a lei assegura, os homens podem vencer as dificuldades de

todos os dias e viver bem os anos de sua presença no mundo, com a fundada esperança de legar a mesma determinação de dignidade a seus filhos.

Esse empenho com o regime democrático tem sido a força de meu Governo, que nisso é apenas servidor da vontade e da decisão de nossa gente. Queremos a prosperidade econômica e o desenvolvimento social de nossos compatriotas e lutamos para que todos tenham os mesmos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia e a um ambiente saudável.

O desenvolvimento recomenda a presença de todos os países no mercado mundial. Por isso mesmo, confio na ação moderadora do GATT e na criação da Organização Mundial do Comércio como instrumentos democratizadores das relações mercantis internacionais.

O Brasil vem tomando iniciativas diplomáticas neste sentido. O Mercosul tem demonstrado como é possível reunir os nossos esforços em busca de vantagens mútuas e iguais. Com o mesmo propósito de integração, empenhamo-nos na Iniciativa Amazônica, a fim de fortalecer os nossos vínculos econômicos e sociais com os vizinhos signatários do Tratado de Cooperação Regional. Mas o nosso projeto é o de estabelecer área de livre comércio sul-americana, em mercado comum, os países que compõem o Mercosul, o Grupo Andino, a Iniciativa Amazônica e o Chile. É uma proposta aberta a todos, e já ajustada, em seus parâmetros básicos, com os nossos associados do Mercosul. Desejamos iniciar logo as negociações necessárias aos acordos com os países em questão. Anima-nos o desejo do Chile de associar-se ao Mercosul.

Acompanhamos, com interesse, a constituição e consolidação do Nafta e os processos que se desenvolvem no Caribe e na América Central. Esses processos constituem etapas essenciais ao objetivo que nos é comum, de convergência, expansão e liberalização do comércio, dentro dos princípios naturais de igualdade e soberania.

Senhores,

Temos todos interesse em valorizar a OEA como foro político e diplomático voltado para a busca de soluções pacíficas

e negociadas para as questões que afetam os nossos países, um foro voltado para o diálogo democrático e para a cooperação solidária. Superada a guerra fria, é nossa esperança que os últimos vestígios dessa confrontação possam dar lugar à cooperação harmoniosa entre todas as nações do Continente Americano, sem exceções.

Esse é um processo que se inicia dentro dos Estados nacionais e segue o seu curso nas associações de vizinhanças, nas organizações regionais, como a OEA, e em entidades mundiais, como a ONU, para se cumprir um dia, quando as armas estiverem definitivamente mudas e a palavra bastar para assegurar os direitos essenciais dos homens em suas comunidades nacionais, e os das nações, na grande comunidade planetária.

Em nome de todos os brasileiros, que se sentem honrados em recebê-los, estou certo de que as decisões aqui tomadas irão fortalecer a fraternidade entre os nossos povos.

Declaro abertos os trabalhos do Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA.

XXV Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da cerimônia de abertura da IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Cartagena das índias, Colômbia

14 de junho de 1994.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,
Senhores Chanceleres,
Senhores Ministros,
Senhor Governador do Departamento de Bolívar,
Senhor Alcaide de Cartagena,
Senhor Comandante da Força Naval do Atlântico,
Senhores Parlamentares,
Meus Senhores e Minhas Senhoras,
Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Sobre a base do apreço mútuo e da comunhão de valores que suscitaram e hoje a consolidam, iniciamos a Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em seu quarto ano de existência.

Tive o prazer de recebê-los, em 1993, na cidade de Salvador, onde pude observar o desejo de todos de cultivar e valorizar as afinidades que nos legaram o tempo e a história. Guadalajara, Madri, Salvador e Cartagena são escalas no percurso que leva a um futuro de solidária interação, voltada para a paz, a prosperidade de nossos povos e a justiça social.

O Comércio e a Integração como Elementos do Desenvolvimento Ibero-Americano», tema desta cúpula, é desdobramento natural dos debates anteriores. Aqui, analisaremos as condicionantes do desempenho comercial e econômico de nossos países. A familiaridade de todos com a trajetória de cada um permite que os debates sejam transparentes e amistosos.

No plano comercial, lutamos por regras equânimes e mercados verdadeiramente abertos. Concebemos a integração regional como processo de complementar o intercâmbio entre as

diferentes regiões do globo, e concordamos quanto à necessidade de associarmos à eficiência indispensável ao crescimento, melhores padrões de vida para as nossas populações.

Dispomos, assim, de base ampla de consenso nesta reunião. Auxiliam-nos convergências anteriores quanto à urgência de uma nova agenda para o desenvolvimento, capaz de devolver o tema à atenção prioritária da Organização das Nações Unidas.

Senhor Presidente César Gaviria,

Nesta idílica e muitas vezes centenária Cartagena, comove- nos a hospitaleira acolhida do governo e do povo colombianos. Sob sua competente orientação, progrediremos em nossas deliberações de forma inovadora e construtiva.

Experiências distintas e complementares levam-nos a acreditar nas vantagens da integração. A união europeia constitui processo em fase adiantada de realização, a ser cuidadosamente estudado e analisado. Os países latino-americanos e caribenhos desenvolvem seus próprios programas de integração com resultados positivos. O Mercosul, o Pacto Andino, o Mercado Comum Centro-Americano, a Comunidade do Caribe (Caricom), o Grupo dos Três (G-3) e, nossa proposta mais recente, a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) são projetos dinâmicos para a liberalização do comércio internacional.

Recebemos com grande satisfação as manifestações da Bolívia, em Colônia, e do Chile, em Belém do Pará, no sentido de buscarem associação ao Mercosul, que significam passos concretos para a formação deste espaço económico sul-americano, que concebemos aberto e não excludente. Neste sentido, saudamos o acordo de livre comércio na América do Norte e acompanhamos com interesse sua evolução. Vemos no Nafta uma possível ponte entre as nações ibero-americanas e os grandes mercados dos países desenvolvidos do continente americano.

O diálogo entre o Grupo do Rio e a União Européia é outra via de cooperação e integração. Neste contexto, colhemos importantes e animadores sinais de uma nova e mais concreta atenção da União Européia para com a América Latina, para o que o diálogo que mantemos neste foro terá contribuído.

A presente situação internacional oferece oportunidades novas para a diplomacia. Este foro corresponde a circunstâncias auspiciosas, configuradas no apego de nossos povos à democracia e no compromisso de seus governantes em aperfeiçoá-la.

Representamos uma comunidade de nações caracterizada por sua vocação para a paz. No entanto, as visões de fraternidade, que compartilhamos, convivem com imagens contrastantes de exclusão e violência. A Conferência Ibero-Americana procura contribuir, neste contexto, para o fortalecimento da tolerância e da concórdia. Tolerância e concórdia devem inspirar o relacionamento entre nossos países. A política do isolamento e dos «cordões sanitários» já não corresponde ao mundo pluralista e dinâmico em que viemos.

Presidente César Gaviria,

Ao concluir, gostaria de expressar calorosos cumprimentos pela sua eleição para o cargo de Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos — OEA, onde, estou seguro, realizará brilhante gestão. Desejo-lhe todo o êxito nas tarefas que em tão boa hora assumiu, e passo a Vossa Excelência a direção dos trabalhos desta IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos.

Muito obrigado.

XXVI Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da VI Reunião do Conselho do Mercosul. Buenos Aires, Argentina

5 de agosto de 1994.

Senhores Presidentes,

Somos os obreiros de um projeto ousado e generoso. Bem-sucedidos, criaremos, em nossa parte do mundo, ambiente inédito de coesão e prosperidade. Já agora vivemos a realidade de uma cooperação política e econômica sem precedentes.

Nesta bela Buenos Aires, ao amparo da hospitalidade do povo argentino, desejo saudar, em meu nome e no do povo brasileiro, nosso estimado anfitrião, Presidente Carlos Saúl Menem, e os apreciados amigos, Juan Carlos Wasmosy e Luís Alberto Lacalle. Alegra-me a presença entre nós do Presidente do Chile, Eduardo Frei, e do Vice-Presidente da Bolívia, Hugo Victor Cárdenas.

Recebo com entusiasmo as manifestações de interesse do Chile e da Bolívia em se aproximarem de nossa área de integração. Vejo-as como o desdobramento natural da parceria existente entre os agentes económicos de nossos países, coincidente com a desejada abertura do processo de integração e com o objetivo de conformação, nos próximos dez anos, de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA).

Senhores,

O momento é de decisões firmes. Estamos a menos de quatro meses do final do período de transição, ocasião em que a tarifa externa comum deverá tornar-se uma realidade e na qual estarão definidos os requisitos mínimos da nossa união aduaneira. Os governos têm agora uma tarefa imediata a

cumprir, que é a transformação dos acordos alcançados em instrumentos operacionais.

Desde a reunião de Colónia, realizamos importantes avanços. Concluímos a definição da tarifa externa comum, superando muitas divergências com relação aos aspectos mais sensíveis deste instrumento. Também progredimos na negociação dos demais aspectos relacionados com a união aduaneira.

O dinamismo e o crescimento do comércio intra-regional revela que o Tratado de Assunção tem impacto positivo no conjunto da região. Esperamos que, em 1994, as correntes de comércio intra-regional superem 10 bilhões de dólares.

A implantação, em meu país, de uma nova moeda, estável e forte, e a conseqüente reativação da economia brasileira deverão ter repercussão favorável sobre os fluxos regionais de comércio e investimentos.

Senhores,

Nossos países optaram pelo tratamento multidisciplinar da integração, com crescente participação dos diversos setores da sociedade. O Mercosul envolve dimensões sociais e trabalhistas, cooperação técnica, científica e cultural e a articulação de ações nos campos de educação, justiça, meio ambiente, agricultura e indústria. Notáveis progressos ocorreram nestas áreas.

Possuímos o traçado inicial da futura gestão ambiental concertada entre os Estados-partes do Tratado de Assunção. Logramos importantes avanços no campo da integração energética regional e no domínio dos transportes. Definimos a moldura para a cooperação jurídica entre os quatro países, que supre nossos operadores económicos de regras claras, perfeitamente adaptadas à realidade do comércio internacional. Trabalhamos ainda para que o Mercosul possa contar com regras comuns sobre as garantias que cada Estado-parte pode conceder a investimentos estrangeiros.

São animadores os resultados da cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Estamos negociando com o BID o financiamento de projetos de pré-investimentos que irão beneficiar pequenos empresários e produtores agropecuários.

Uma das incumbências da presidência *pró tempore* brasileira será avançar na negociação de um novo acordo de cooperação com a União Europeia, em conformidade com a determinação de estreitar laços com o Mercosul formulada, em junho último, pelos Chefes de Estado e de Governo europeus, reunidos em Côrfu.

Senhores,

A integração económica deve ser elemento coadjuvante da liberalização do comércio mundial. Aguardo com otimismo a entrada em operação da Organização Mundial de Comércio, que deverá implementar e administrar os acordos firmados em Marrakesh. Nesta oportunidade, expresso meu reconhecimento pelo firme apoio que os parceiros do Mercosul têm dado à candidatura do Ministro Rubens Ricúpiero à Direção-Geral da OMC.

O Brasil tem sempre procurado agir com espírito construtivo, ao mesmo tempo em que defende posições essenciais ao parque industrial complexo de que dispõe. Podemos, hoje, saudar o conselho logrado que a todos beneficia.

Ao assumir a presidência *pró tempore* do Mercosul, o Brasil se defronta com o desafio de implementar a união aduaneira a partir de 1° de agosto de 1995. Envidaremos todos os esforços para que os trabalhos do Mercosul sejam concluídos dentro dos prazos. Os principais problemas políticos foram superados. A dimensão do trabalho técnico que nos aguarda é, entretanto, respeitável. Devemos, também, nesse próximo semestre, tomar decisões sobre a institucionalização do Mercosul, que deve guardar relação com os avanços que fizemos e ter presentes as realidades políticas e econômicas dos quatro países.

Sabemos que a vontade dos Governo, lastreada nas aspirações da sociedade, assinala impressionantes saltos evolutivos no organismo social. As mudanças de mentalidade dão nova conformação ao entrelaçamento entre as nações. Modalidades originais de atuação internacional se desenvolvem e os instrumentos de cooperação internacional se diversificam. Este reconhecimento vem transformando a face do mundo em nossa época.

Com determinação, coerente com nossas melhores tradições de paz e solidariedade, transformemos a América do Sul em um espaço modelar, perfeitamente adequado à riqueza de nossos recursos humanos e naturais. Temos, no Mercosul, um instrumento ideal para consolidarmos as profundas aspirações de nossos povos de viverem num mundo que ofereça estímulos concretos à cooperação e ao trabalho com dignidade e justiça social.

XXVII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Sessão de Abertura da Reunião de Cúpula do Grupo do Rio

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1994.

É com imenso prazer que lhes dou as boas-vindas ao VIII Encontro Presidencial, nesta cidade do Rio de Janeiro, que emprestou seu nome ao Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política. Em nome do povo brasileiro, formulo a todos votos de feliz estada.

Quero dirigir uma saudação especial aos Presidentes Samper, da Colômbia; León Carpio, da Guatemala; Perez Balladares, do Panamá; Caldera, da Venezuela, e ao Primeiro-Ministro Manning, de Trinidad e Tobago, que pela primeira vez participam de nosso Grupo. Esta renovação é sinal concreto da vigência da democracia em nossa região. À gentileza da presença de tão ilustres visitantes, o Rio de Janeiro retribui com o que tem de melhor: a beleza de sua natureza e a hospitalidade de sua gente. Tenham todos certeza de que aqui estarão entre amigos.

Em dezembro de 1986, criava-se o Mecanismo do Grupo do Rio, que se mantém como a instância mais elevada de consulta entre os países da América Latina e do Caribe, na esteira da bem-sucedida experiência em favor da paz na América Central.

Passados oito anos, o acervo político do Grupo é importante. A democracia é nosso maior patrimônio. A confiança entre nossos países tornou-se cada vez mais sólida. Damos expressão unívoca ao pensamento político da nossa região e promovemos a ação conjunta em defesa de interesses comuns. Países individuais e grupos de países demonstram interesse em dialogar conosco. Representamos mercados emergentes, cujos atrativos são cada vez mais reconhecidos.

O Presidente Aylwin, anfitrião do nosso Encontro precedente, foi feliz ao expressar que vivemos um momento de esperança. É também a hora de afirmar a capacidade de realização

dos povos latino-americanos e caribenhos, e, sobretudo, a confiança no futuro.

A realização material de nossas potencialidades só terá sentido se forem respeitados os princípios básicos do Direito Internacional. A bipolaridade política e ideológica impedia a plena realização do ideal de democracia mundial.

Impõe-se lograr uma ordem internacional que garanta e proteja os direitos de todas as Nações, desenvolvidas e em desenvolvimento, pequenas e grandes contra atos ilícitos e abusos de poder. O Grupo do Rio há de se colocar na vanguarda dessa grande tarefa.

A maturidade de nossa atuação externa projeta-se nas Nações Unidas, em cujos debates inclui-se a questão da ampliação do Conselho de Segurança. A atuação solidária da América Latina e do Caribe é fundamental para garantir que a região se faça representar naquele foro em condições de igualdade com outras no contexto de uma nova ordem internacional em formação.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Acompanhamos com preocupação o recrudescimento das tensões acumuladas no relacionamento de Cuba com os Estados Unidos da América. É nossa esperança que essas dificuldades possam ser resolvidas por meio do diálogo.

O Grupo do Rio saberá contribuir, com amizade e sentido construtivo, para a gradual reinserção de Cuba no convívio regional. O progresso das reformas econômicas e o avanço das aberturas políticas são responsabilidade do povo cubano. Tal processo deve ser apoiado por uma política de mão estendida. Nada se ganhará com o continuado isolamento político e econômico daquele País.

Devemos procurar favorecer, em seu quadro adequado, a solução da crise do Haiti. Condenamos a atitude dilatória das autoridades «de facto» naquele País, cuja intransigência ameaça prolongar a situação de impasse e agravar o sofrimento da população haitiana. Há que conduzir-se esforço político e diplomático que leve aquelas autoridade a responderem sem demora ao chamado da comunidade internacional, abrindo caminho para a restauração do Governo legítimo do Haiti.

Constituímos a área menos armada do mundo, de fato a única área povoada completamente livre de armas nucleares. Saudamos o anúncio da adesão de Cuba ao Tratado de Proscrição de América Latina e no Caribe. Conquistamos o direito de estar na vanguarda do movimento internacional em prol da completa eliminação das armas de destruição em massa, em todos os Continentes.

Como contrapartida, exigimos que nossos parceiros desenvolvidos assegurem-nos a possibilidade de aquisição da tecnologia necessária ao bem-estar de nossos povos. Só antiquados ressaibos de dominação podem explicar as dificuldades que ainda enfrentamos para adquirir os meios tecnológicos de que carecem nossas economias.

Senhores,

A nossa região embarcou em vigoroso programa de reformas econômicas, implementando com coragem e determinação. O êxito dos programas de ajuste macroeconômico na região muito depende de condições externas que concorram para a estabilidade e a continuidade do processo. Esta mensagem precisa ser transmitida, com muita clareza, aos países desenvolvidos.

Nesse contexto, é oportuna a iniciativa do Presidente Clinton de convocar uma Cúpula das Américas. Sem dúvida, é hora de imprimir sentido positivo às relações hemisféricas e de lhes dar nova direção, depurada das injunções da Guerra Fria.

A Cúpula das Américas poderá marcar a partida para uma nova fase da vida hemisférica, em que se associem realismo e solidariedade. A cooperação é o melhor atalho para a ampliação da riqueza regional.

Nossa região quer parceria na construção do futuro do hemisfério. Seremos parceiros na luta contra a corrupção e o crime organizado, e na administração da justiça; no combate ao narcotráfico e na criação de condições de bem-estar para os nossos filhos, e para os filhos de nossos filhos; na tecnologia e no comércio, e contra a discriminação. Parceiros, enfim, no resgate da cidadania, em todo o hemisfério.

O desenvolvimento solidário das Nações , neste mundo interdependente, é a forma lógica de reduzir os desequilíbrios que se evidenciam, por exemplo, nos fluxos crescentes de migrantes e refugiados.

A América Latina e o Caribe desejam a cooperação e não o assistencialismo. O regionalismo aberto contribui para reforçar o ideal do livre comércio. Adquirimos autoridade para reclamar a eliminação de práticas arbitrárias unilaterais.

O Grupo do Rio deve atuar como construtor de consensos. Esse papel há de ser nossa contribuição à consolidação de uma verdadeira ordem regional e mundial alicerçada na liberdade econômica, na justiça social e na democracia.

Há dois anos, nesta mesma cidade, firmou-se a consciência de que o encaminhamento dos temas ambientais deve englobar soluções para o problema da pobreza. Urge acelerar a implementação dos compromissos por todos assumidos na Conferência do Rio.

Senhores,

O êxito do processo de integração sub-regional abrirá caminho para a crescente ampliação dos espaços econômicos. A prioridade que o Brasil atribui ao Mercosul não é excludente. Consideramos que os arranjos regionais de comércio devem contribuir para a expansão global dos fluxos comerciais, de investimentos e de tecnologia.

Esta visão levou-me a propor, em nossa última Cúpula Presidencial em Santiago do Chile, a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana, a ser implementada, de forma flexível, mediante um conjunto de acordos de livre comércio articulados entre si e amparados pelo Tratado de Montevidéu. Estão avançadas as negociações com países vizinhos. Chile e Bolívia já discutem sua associação ao Mercosul. A ALCSA também facilitará o estabelecimento de bases sólidas para a convergência futura das diferentes iniciativas de integração econômica.

Nenhuma sociedade sobrevive sem a visão do futuro. O tesouro mais bem cuidado de nossa região é a tradição de respeito mútuo, de diálogo, de soluções consensuais. O Grupo

do Rio apresenta-se como instrumento privilegiado para fortalecer esse acervo e enriquecê-lo como contribuição para nossos povos e para a paz mundial.

Muito obrigado.